

PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA NA GESTÃO COMO REFERÊNCIA PARA REINVENTAR A TEORIA FREIREANA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

HAGE, Salomão Mufarrej.*

PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes**

RESUMO

O artigo examina os processos de gestão democrática e suas estratégias de organização e mobilização para a construção de um projeto popular de educação pública no município de Cametá no Estado do Pará. A análise foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, documental e de pesquisa de campo, através de entrevista com o dirigente municipal. Seus resultados se inserem no âmbito da pesquisa “Paulo Freire na atualidade: legado e reinvenção”, desenvolvida por uma rede nacional de pesquisadores coordenada pela Cátedra Paulo Freire da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e evidenciam que a rede municipal de ensino quando fez opção por uma educação crítico-emancipadora, aplica os princípios da participação e da autonomia nos processos de gestão pública, colaborando para a reinvenção da teoria Freireana na atualidade.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Participação. Autonomia. Teoria Freireana. Escola Pública.

* Professor do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ. Integrante da Coordenação Executiva do Fórum Paraense de Educação do Campo. E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br

** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Mestre em Gestão e desenvolvimento regional pela UNITAU. Mestre em Educação pelo PPGED/ UFPA. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo na Amazônia - GEPERUAZ. Assessor técnico do Conselho Estadual de Educação – CEE/PA. E-mail: pereiraric19@gmail.com

***PARTICIPATION AND AUTONOMY IN MANAGEMENT AS REFERENCE TO
REINVENT FREIRE'S THEORY IN PUBLIC EDUCATION***

HAGE, Salomão M.*

PEREIRA, Ricardo Augusto Gomes**

ABSTRACT

The article examines the democratic management processes and their organizational strategies and mobilization to build a popular project of public education in Cametá, city in the state of Pará. The analysis was developed through bibliographic and documentary survey and field research, through interviews with municipal managers. The results found fall within the scope of the research "Paulo Freire today: legacy and reinvention", developed by a national network of researchers, and coordinated by the Paulo Freire Cathedra of PUC-SP. It shows that the municipal schools, when opting for a critical and emancipatory education, apply the principles of participation and autonomy in public management processes, contributing to the reinvention of Paulo Freire theory today.

Keywords: *Democratic management. Participation. Autonomy. Freire's theory. Public school.*

* *Professor at the Institute of Educational Sciences of the Federal University of Pará. Doctor in Education by the Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP). Coordinator of the Group of studies and research in Rural Education in the Amazon - GEPERUAZ. Member of Executive Coordination of the Pará State Forum of Rural Education. E-mail: salomao_hage@yahoo.com.br*

** *PhD student of the Graduate Program in Education of the Federal University of Pará. Master in Management and regional development by UNITAU. Master of Education through PPGED / UFPA. Researcher of the Study Group and Research in Rural Education in the Amazon - GEPERUAZ. Technical advisor to the State Board of Education - EEC / PA. E-mail: pereiraric19@gmail.com*

1 APRESENTANDO O MUNICÍPIO DE CAMETÁ E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA GESTÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO FACE À CONFIGURAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICA, ECONÔMICA E CULTURAL LOCAL

O município de Cametá, fundado em 1617, é o terceiro mais antigo do Estado do Pará seguido de Belém e Vigia e encontra-se localizado às margens do rio Tocantins, que pertence à bacia Araguaia-Tocantins, a segunda maior bacia hidrográfica mais importante do país. Sua população, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é de 120.896 habitantes, sendo que 52.838 residem no território urbano, representando 43,7% de sua população total; enquanto 68.058 residem nos territórios rurais do município, evidenciando um índice elevado de ruralidade ao concentrar mais da metade de sua população, 56,3%, nesses territórios.

Assim, o município de Cametá segundo Pinheiro (2009), possui sua área geográfica formada predominantemente por rios e bahias, campos naturais, várzeas e ilhas e terra firme. O território ribeirinho, comumente chamado por seus moradores de região das ilhas abastece a sede do município com o pescado, carne suína, produtos extraídos da floresta e objetos artesanais produzidos localmente, os quais são utilizados como adorno ou instrumentos de trabalho pela população do campo e da cidade.

Os meios de transporte fluviais de pequeno, médio e grande porte são necessários para a locomoção da população das ilhas e serve para transportar os sujeitos do município entre as comunidades rurais, e das comunidades rurais para a sede do município, para a capital do estado ou para outros municípios próximos, por meio do rio Tocantins.

As áreas de terra firme do município são territórios formados por campos naturais, que alagam durante o período de intensas chuvas, muitas delas encontram-se distantes da sede do município, e seus moradores enfrentam dificuldades de locomoção, utilizando-se de carro de boi, trator, bicicleta e moto como meios de transporte para realizar o trajeto entre campo e cidade. Nesses territórios rurais, a população produz o seu sustento de modo cooperado, por meio da agricultura familiar e da criação de pequenos animais, sendo a produção da farinha, do milho, arroz, pimenta do reino e a extração do açaí, os produtos mais comuns.

Convém esclarecer, que o município de Cametá se inclui entre os 775 municípios da Amazônia brasileira, um território segundo Hage (2006, p. 105) que se configura por uma ampla diversidade sociocultural, composta por populações que vivem no espaço urbano e

rural, habitando um elevado número de povoados, pequenas e médias cidades e algumas metrópoles, que, em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infra-estrutura precária e não dispor de serviços essenciais e direitos básicos, sobretudo no campo. Entre essas populações, que habitam a Amazônia, encontram-se indígenas, quilombolas, caboclas ribeirinhas e da floresta, sem-terra, assentados, pescadores, camponeses, posseiros, migrantes, oriundos, especialmente, das regiões nordeste e do centro-sul do país, entre outras populações.

De acordo com os estudos de Trindade Junior (2013, p.6), o município de Cametá pode ser considerado uma cidade média pelo fato de não integrar áreas metropolitanas, das quais guardam relativa distância, e cuja população total varia entre 100 mil e 500 mil habitantes. Da mesma forma, não cumprem o papel de metrópoles regionais, mas constituem-se referência para um conjunto de pequenos núcleos urbanos a ela subordinados, servindo de ponto de ligação dos fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões políticas e investimentos, que por ela se materializam.

Esse autor também esclarece, que as cidades médias amazônicas a despeito de se tornarem centros mais articulados ao espaço regional e nacional, não acompanham a qualidade de vida observada em centros urbanos de porte médio do Centro-Sul do País. Essa realidade se explica pelo fato do revigoreamento de centros urbanos tradicionais na Amazônia ser resultante da abertura de novas rodovias que termina por atrair e concentrar, entre o contingente populacional responsável pela implementação da nova malha técnica, política, econômica e cultural da região; a força de trabalho móvel e polivalente formada por populações pobres e, muitas vezes, sem qualificação profissional, caracterizando o perfil demográfico amazônico nos últimos anos, situação que expressa o lado perverso da expansão das novas atividades econômicas na região (Ibid., p. 8).

Contudo, diferenciando-se das pequenas cidades, que segundo Trindade Junior (2013, p. 2) apresentam pequeno contingente populacional, o Município de Cametá ainda guarda determinadas características que podem incluí-lo nesse perfil de cidade, ao apresentar formas espaciais poucas complexas, reduzidas funções urbanas, que estão mais ligados ao comércio e aos serviços, assemelhando-se a grande parte das cidades ribeirinhas amazônicas, que possuem forte organicidade com as localidades que lhes são próximas. Sua dinâmica econômica se vincula a sua proximidade às vias fluviais, onde o rural e o urbano se confundem, mostrando a intensa articulação da cidade com uma temporalidade ainda não

totalmente assimilada pelas novas atividades e modos de vida implantados mais recentemente na Amazônia, advindas do modelo de ocupação regional pós-60, ligado à: implantação de rodovias, frentes de expansão econômica como a mineral, modelos espontâneos ou dirigidos de ocupação privada ou estatal etc.

Segundo a categorização de Gonçalves (2001, p. 27), poderíamos ainda incluir o município de Cametá em um perfil de cidade pequena identificado pelo autor como cidades tradicionais, que costumam estar associadas ao modelo “rio, várzea, floresta”, estreitamente associado aos rios, às populações tradicionais, à cultura ribeirinha e à produção agrícola e extrativista de pequena escala.

As cidades ribeirinhas são pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial têm fortes enraizamentos socioeconômicos e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta daquelas em relação a este último, mas principalmente por apresentarem uma interação funcional (a exemplo da circulação fluvial e uso para as atividades domésticas), de subsistência material (fonte de recursos alimentares), lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (imaginário sociocultural). (Ibid., p.27)

As cidades ribeirinhas são consideradas cidades tradicionais, entre outros atributos pelo sentido do ordenamento espacial em que se inserem, do padrão de seu ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações sócio-culturais locais e regionais. Em decorrência disso, são cidades com pouca modernização econômica e territorial e onde o chamado técnico-científico informacional (SANTOS, 1996, p. 56) se faz presente de maneira muito tímida, revelando densidades técnicas rarefeitas e/ou pontuais.

Em termos educacionais, o município de Cametá oferece a escolarização para sua população em todos os níveis, atendendo desde a educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos, para os portadores de necessidades especiais, ensino médio e nível superior, na rede de ensino pública e privada. O Plano Municipal do Município, aprovado na Conferência Municipal de Educação realizada em 2014 apresenta dados referentes à matrícula na rede pública municipal de ensino no ano de 2012: creche - 1.173; pré escola - 4.964; anos iniciais do Ensino Fundamental - 18.297; anos finais do Ensino Fundamental - 11.399; Educação Especial - 298; e Educação de Jovens e Adultos - 1.217. Ao todo são em torno de 37 mil estudantes da rede municipal e de 12 mil estudantes da rede estadual. E em termos de infraestrutura, o município possui um total de 235 escolas; sendo 19

localizadas na área urbana e 216 localizadas nas comunidades rurais do município. (CME, 2014, p. 14).

Sobre a territorialização das escolas no município, é importante destacar que há uma concentração de escolas no núcleo central urbano do município e as escolas presentes nos bairros periféricos encontram-se superlotadas e algumas destas, são obrigadas a funcionar em quatro turnos, com um horário intermediário para atender a demanda existente. Em relação ao meio rural, o número expressivo de escolas reflete o processo de territorialização dos sujeitos nas pequenas comunidades rurais, ocupando tanto as ilhas como a terra firme, conforme explicitado anteriormente, caracterizando-se grande parte dessas escolas pela organização sob a forma de multisseriação em função do pequeno quantitativo de sujeitos em idade escolar e da distância das comunidades rurais entre si e destas com relação à sede do município.

Essa realidade impõe muitas dificuldades a grande maioria das escolas do município em face da precariedade dos prédios escolares existentes nas pequenas comunidades rurais, das longas distâncias que os estudantes e docentes percorrem no deslocamento entre a casa e a escola e as condições de transporte inadequadas, do avanço da política de nucleação vinculada ao transporte escolar e o fechamento das escolas, da sobrecarga de trabalho docente através de múltiplas funções desempenhadas e da instabilidade no emprego, da falta de acompanhamento das secretarias municipais de educação, da vulnerabilidade das escolas e dos docentes às interferências do poder local, do currículo e dos materiais pedagógicos pouco identificados com a realidade do campo... Em fim, são múltiplas questões que impactam na identidade das escolas, na organização do trabalho pedagógico e na gestão das escolas, e terminam por associar de forma direta as escolas rurais multisseriadas com o fracasso escolar dos sujeitos do campo, responsabilizando-as por esse processo.

No caso específico da precariedade de infraestrutura é muito comum nas pequenas comunidades rurais do município de Cametá a presença de escolas que não possuem prédio próprio e funcionam na casa de um morador antigo, de uma liderança local, do professor, ou em salões de festas, centros comunitários, barracões, igrejas, etc. Elas funcionam em prédios muito pequenos, construídos de forma inadequada em termos de ventilação, iluminação, cobertura, piso; encontrando-se em péssimo estado de conservação, com goteiras, remendos e improvisações de toda ordem, causando risco aos seus estudantes e professores. Grande parte dessas escolas possui somente uma sala de aula, onde se realiza as atividades pedagógicas e todas as demais atividades envolvendo os sujeitos da escola e da comunidade, carecendo de

refeitórios, banheiros, local para armazenar a merenda ou outros materiais necessários. Outras possuem duas ou mais turmas conjugadas em um mesmo ambiente e separadas por paredes de compensado ou outros materiais improvisados que não asseguram a concentração dos professores e alunos no momento das aulas. O número de carteiras que essas escolas possuem nem sempre é suficiente para atender a demanda; o quadro de giz, ou os vários quadros existentes encontram-se deteriorados, dificultando a visibilidade dos alunos, enfim, as condições inadequadas dessas escolas, não estimulam os professores e os estudantes a permanecerem nelas ou sentir orgulho de estudar em sua própria comunidade.

É interessante notar que essa realidade precária de grande parte das escolas localizadas nas pequenas comunidades rurais tem servido de argumento para maioria dos gestores públicos adotar a política de Nucleação vinculada ao Transporte Escolar e fechar as escolas que se localizam nas pequenas comunidades rurais, situação essa que felizmente não foi evidenciada no Município de Cametá durante a pesquisa de campo realizada. No entanto, é importante destacar como reflexão sobre as políticas educacionais, que nos território rurais do Estado do Pará parte significativa das crianças que estudam na pré-escola são atendidas nas turmas multisseriadas, as vezes como alunos “encostados” que acompanham seus irmãos mais velhos na escola; assim como, nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio tem-se ampliado a oferta do atendimento escolar sob a forma de multisseriação, com a justificativa de que o reduzido número de estudantes inviabiliza a contratação de um professor por série para as turmas.

De fato, as redes públicas estadual e municipais de ensino na Amazônia, em que se insere a de Cametá, enfrentam problemas sérios em termos de infraestrutura para atender as necessidades e demandas de educação de suas populações, e a rigor, os problemas extrapolam a inexistência ou precarização de prédios escolares, e a presença da multisseriação nas turmas, incluindo ainda a inexistência de equipamentos e recursos necessários para a oferta do ensino, de água, energia elétrica, internet e laboratórios de informática, saneamento básico voltado para a higiene sanitária e ambiental que implicam na qualidade da educação ofertada; evidenciando que ainda estamos muito distantes de garantir instalações gerais adequadas aos padrões mínimos de qualidade, em consonância com a avaliação positiva dos usuários, cujo projeto arquitetônico seja discutido e aprovado pelos Conselhos Escolares, levando em consideração as necessidades pedagógicas, da comunidade, e questões de sustentabilidade socioambiental (CONAE, 2014, p.22)

Outro fator importante a ser explicitado nesse momento diz respeito ao acesso do Município de Cametá às políticas e programas do Ministério da Educação, pois a partir de 2007, quando entra em vigor o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) são traçadas estratégias com relação ao regime de colaboração e ao pacto federativo com a perspectiva de atender às demandas educacionais em todo o país. Como desdobramento do PDE o Governo Federal instituiu o Plano de Ações Articuladas (PAR), enquanto plano estratégico de caráter plurianual e multidimensional para encaminhar as ações públicas e passa a ser um norte no recebimento das demandas nas secretarias de educação e, conseqüente a isso, nas escolas.

Nesse contexto, os estados e municípios, e entre eles o município de Cametá, caso não exerçam sua autonomia, podem se limitar à execução das ações demandadas pela esfera federal, e desta forma o regime que deveria ser de colaboração passa a ser de dependência técnica, financeira e pedagógica em relação à união, fortalecendo com isso o processo de regulação em curso efetivado por meio das políticas educacionais.

De fato, de forma predominante na Amazônia, temos assistido a ausência de autonomia e de igual modo a dependência técnica, financeira e pedagógica enquanto componentes da gestão pública reveladoras dos vestígios de um poder central controlador e afeito aos interesses das oligarquias rurais de um passado bem recente presente na região, situação que impõe a dependência dos estados e municípios para com a União, ainda que reservem espaços para a implementação de iniciativas próprias com relação às experiências e programas educacionais ofertados em suas redes de ensino.

Contudo, existe atualmente um número expressivo de programas que têm sido oferecidos à rede estadual e municipal de educação, via PAR, e que podem ser acessados por meio do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC). Todos eles visam o apoio ao desenvolvimento da Educação Básica e se afinam com as seguintes temáticas: educação, cidadania e saúde, escola de tempo integral, transporte escolar, inclusão e diversidade, alfabetização e escolarização de jovens e adultos, educação do campo, indígena e quilombola, tecnologia da informação, gestão, formação, fortalecimento dos conselhos escolares e gestão democrática.

Os estudos que temos realizado indicam que a maioria dos programas incluídos no PAR, são expressões de políticas focalizadas que em certa medida desarticulam e não integram a Educação Básica e fazem com que, as secretarias estaduais e municipais de educação trabalhem de forma fragmentada, sem um projeto de desenvolvimento local, e as

escolas recebem várias orientações diferentes e desarticuladas advindos dos diferentes programas que terminam por afastá-las dos objetivos determinados em seus próprios Projetos Pedagógicos. (HAGE *et al.*, 2014, p. 33)

Identificamos ainda, que é muito amplo o universo de programas disponíveis para o acesso das secretarias e escolas, porém determinados impasses dificultam o acesso e encaminhamentos para a implementação das políticas no estado e nos municípios paraenses, entre eles destacamos: falta de conhecimento dos programas por parte dos gestores municipais, indefinição das prioridades educacionais nos municípios, e, quando do envolvimento de determinados programas com recursos financeiros, as escolas e as próprias gestões municipais e estadual, apresentam limitações para exercitarem a gestão democrática, com a participação de representantes de diversos seguimentos, situação que se configura como exigência para o acesso a determinados Programas. (Ibid., p. 35)

Por parte das escolas, essa mesma situação acontece, originada pelas seguintes situações: ausência de planejamento estratégico escolar, falta de iniciativa dos conselhos e das representações dos segmentos sociais para acessar os programas, e inexistência de unidade executora, requerida, como referência de gestão democrática e de participação dos diversos segmentos nas definições e encaminhamentos no interior da escola e como condição para o acesso aos programas. A falta de habilidade administrativa, de acompanhamento dos recursos, de cumprimento de prazos, de compreensão do fluxo dos recursos, entre outros elementos como a falta de transparência também fortalecem estes limites. (Ibid., p. 35).

A extensa caracterização do município efetivada, descrevendo minuciosamente os aspectos territoriais, populacionais e educacionais, e explicitando de forma substantiva a carência quanto à infraestrutura e os modos como a população se organiza para produzir sua existência em meio aos desafios impostos pela configuração ambiental, política, econômica e cultural singular da Amazônia, são determinantes para o modelo de gestão do município e da educação a ser protagonizados nesse contexto, e demandam ações cruciais para a transformação dessa realidade opressora e excludente em grande medida, que envolvem a participação e autonomia dos sujeitos, conforme nos ensina Paulo Freire em suas experiências de gestão pública.

2 A ATUAL GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CAMETÁ E AS AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E AUTONOMIA: POSSIBILIDADES DE REINVENÇÃO DA TEORIA FREIREANA NA GESTÃO EDUCACIONAL

O Município de Cametá a partir de 2013 inicia uma nova gestão municipal, sob a liderança do presidente da Colônia de Pescadores, eleito como prefeito pelo Partido dos Trabalhadores. A busca por implementar uma gestão de caráter democrático e popular se evidencia com o compromisso assumido durante a campanha eleitoral de inversão de prioridades assentada na autonomia e na participação ampliada dos sujeitos nas decisões políticas locais, o qual teve como inspiração o modelo de gestão participativa que a Colônia Z-16 implantou, segundo RODRIGUES (2012, p.23), ao instituir Coordenações de Base, situadas justamente no interior das inúmeras ilhas que “povoam” o município de Cametá, objetivando uma maior participação dos pescadores nas decisões da categoria.

No setor de Educação, foi designado para assumir a Secretaria Municipal o Coordenador do Campus de Cametá da Universidade Federal do Pará e professor dos Programas de Pós-graduação em Educação e Cultura do próprio Campus de Cametá e de Pós-graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da UFPA, que possui Doutorado em Educação, com estudos desenvolvidos sobre políticas educacionais, educação profissional, educação do campo, movimentos sociais e educação; e educação e desenvolvimento regional.

Ao longo desses três anos de gestão municipal, inúmeras ações foram efetivadas com a perspectiva de inverter as prioridades e assumir o caráter democrático e popular de gestão. Essas ações foram por nós investigadas e apreendidas por meio de visitas no município, onde realizamos levantamento documental, observação nas escolas e entrevistas com gestores educacionais e educadores entre os anos de 2014 e 2015. Parte dessas informações encontra-se disponibilizada nesse artigo por meio de depoimentos do dirigente municipal de educação e de estratos selecionados do Plano Municipal de Educação aprovado durante a Conferência Municipal de Educação realizada em 2014. Eles revelam os esforços e intencionalidades de incidir na gestão da educação no município, priorizando a intervenção na infraestrutura das escolas, na formação e valorização dos professores e na administração da rede municipal de ensino.

Ações de enfrentamento à precarização da infraestrutura da rede municipal de ensino foram realizadas, com destaque para a reforma e construção das escolas, aquisição de carteiras para as salas de aula, priorizando-se as escolas localizadas nos territórios rurais do município, que historicamente têm sofrido com o abandono e discriminação em relação às escolas localizadas no núcleo urbano dos municípios e que concentram um número muito mais expressivo de matrícula. Essas ações são apresentadas no depoimento a seguir.

Eu acredito que o desafio de Cametá não é diferente das demais cidades brasileiras, um problema que é crônico no norte e nordeste que é infraestrutura, onde muitos dos prédios das escolas são barracões comunitários, casas de família, salões de festa e de igreja, sem contar com a mobília que não é de primeira qualidade, quando tem.

[...] Nós ainda temos uma infraestrutura ruim, mas já fizemos nesses quase 3 anos de gestão 23 escolas, sendo 2 na sede e 21 na zona rural, tentando amenizar a situação. A grande maioria delas com 6 salas, 8 salas, não é a maioria delas. Nós tínhamos em toda a rede municipal 236 escolas, e mais de 100 funcionavam em barracões, casas de família, etc., e com as que estamos construindo, ainda temos em torno de 80 funcionando em casas de famílias. Estamos para construir 9 creches e 10 quadras poliesportivas em convênio com o MEC e com o FNDE, 2 creches na sede e 7 na zona rural, 2 quadras estão prontas e ainda temos 8 para serem feitas, e estamos cobrindo algumas delas para que as atividades físicas das crianças sejam melhor trabalhadas.

[...] Uma das maiores reclamações era que as crianças não tinham onde sentar, por isso compramos 5.000 carteiras no primeiro ano de governo, padronizadas pelo MEC, com uma melhor qualidade, durabilidade e que proporcionará mais conforto aos alunos. Nesse segundo ano compramos mais 5.000, totalizando 10 mil carteiras, Ao todo nós devemos ter em torno de 16 mil carteiras para uma rede de ensino que possui 37 mil alunos matriculados. É meta da SEMED trocar as carteiras de todas as escolas da cidade e depois fazer o mesmo trabalho no interior. Junto com as carteiras também foram adquiridas 600 jogos de mesa para professores, cujo investimento total é de quase 1 milhão de reais.

[...] Fora isso, nós temos o desafio do transporte escolar, nós temos 500 barquinhos e mais 40 ônibus e recebemos R\$ 280.000,00 do MEC e temos que aplicar R\$ 300.000,00 a mais no transporte escolar. Então, aplicamos mais de R\$ 5.000.000,00/ano e entre 50 a 55% é com recurso próprio da prefeitura, e essa é a única maneira de assegurar que as crianças frequentem a escola”. (DIRIGENTE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CAMETÁ).

Ações de formação e valorização dos educadores também foram efetivadas no Município, com destaque para a oferta de formação inicial e continuada dos educadores, realização de concurso público e aprovação do plano de cargos, carreira e remuneração, com desdobramentos para a elaboração dos projetos pedagógicos e reorientação curricular das

escolas da rede municipal de ensino. O depoimento a seguir expressa com detalhamento essas ações.

Outro problema sério detectado quando assumimos a gestão foi a formação de professores. Por isso nós criamos a Escola de Formação (Escola Remar), com espaço próprio, direção e os técnicos formadores que recebem os professores, os técnicos em alimentação escolar, transporte escolar que se preparam e estudam nessa escola, realizando sua formação continuada e esperamos com isso interferir na construção do PPP e na reorientação curricular da Rede de Ensino. Em conjunto com a UFPA em Cametá temos oferecido aos professores a formação inicial por meio de inúmeras turmas do PARFOR e da Universidade Aberta do Brasil (UAB); e em conjunto com a UFPA de Belém estamos realizando o Programa Escola da Terra do MEC que oferece formação continuada aos professores das escolas multisseriadas rurais e quilombolas.

[...] a definição do currículo tem a ver com a formação e com a infraestrutura, você tem um desenho curricular em muitas escolas brasileiras e nas escolas municipais em Cametá que é a história da existência do 1º ano, 2º ano, 3º ano e 4º ano funcionando juntos, no interior você tem um número significativo de turmas multisseriadas e fica muito difícil de você garantir com essa dinâmica curricular que as crianças aprendam, até porque você ainda tem muito a história do professor que divide o quadro em dois, três, quatro partes, porque eles entendem que é preciso ensinar a cada ano conteúdos diferenciados, com problemas diferenciados. Eles enfrentam problemas de toda ordem, de infraestrutura, da própria contratação e formação, que interfere na questão curricular.

[...] A gente começou tratando também o concurso público para professores, porque tínhamos em torno de 3.000 professores na rede municipal e de 1.400 a 1.500 eram contratados. Isso é um problema muito sério porque você não consegue planejar a formação, e nós tivemos que fazer um concurso público para substituição dos professores temporários, resultante de um Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público. Hoje tem apenas entre 100 e 150 professores contratados, que atuam naqueles lugares mais distantes, nas escolinhas rurais em que as pessoas não aceitam ir trabalhar mesmo sendo chamadas pelo concurso, elas não aceitam ir, porque tem que pegar barco, pegar estrada, bicicleta e etc., pra poder chegar nessas escolas.

[...] Também quando assumimos nós aprovamos e implantamos o plano de cargos, carreira e remuneração do município, pois para você querer professores com formação tem que garantir e valorizar o trabalho desses professores, e hoje se tem garantido no município 100 horas de trabalho na jornada e 50 horas para o professor preparar suas aulas, cuidar da sua formação.

[...] Hoje nós gastamos em torno de 70 a 75% do recurso do FUNDEB destinado ao município com o pagamento de professores, e mesmo assim, as escolas que estamos construindo provém dos recursos dos 40% destinados ao município pelo Fundo. Melhoramos os salários dos professores, eles já recebiam o piso e receberam acrescidos os 8, 10 ou 7% que o piso

determinava, então, eu acho que a obrigação central da gestão é cuidar da valorização dos professores e também da infraestrutura, por isso nós temos negociado com o MEC via FNDE pra ter mais escolas, mais creches, ter quadras e agora estamos em negociação com a ELETRONORTE para construir três grandes escolas no município para ampliar a matrícula na rede municipal e a gente entende que isso também faz parte da valorização do professor”. (DIRIGENTE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CAMETÁ).

Ações para o fortalecimento da participação e da autonomia dos diversos segmentos que integram a Rede Municipal de Ensino, em que se inclui a criação do Fórum Municipal de Educação, a aprovação do Plano Municipal de Educação e a criação dos conselhos escolares, também foram efetivadas, conforme explicita o depoimento seguinte.

Nós aprovamos nosso Plano Decenal de Educação para os próximos 10 anos, deu muito trabalho, mas foi uma tarefa muito importante. Cametá é um município que tem 10 distritos, tem o Cametá sede, o Cametá Rural e tem mais oito distritos e mais dez vilas. No primeiro momento realizamos dez pré-conferências e depois foi realizada a grande conferência na sede do município, deve ter envolvido de oito a dez mil pessoas, sendo que só na cidade de Cametá deu em torno de 1.000 pessoas na conferência maior, e em cada conferência realizada nos distritos do interior tiraram delegados que vieram participar da conferência maior na cidade de Cametá.

[...] Instituímos inicialmente o Fórum Municipal de Educação de Cametá, constituído por 17 entidades que discutem e tem alguma ação voltada para a Educação no município: Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, UFPA, Grupo de Estudos e Pesquisa da UFPA, SINTEPP, Ministério Público, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Representantes de escolas públicas, conselhos escolares, alunos da Rede de Ensino, Colônia dos Pescadores, Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Cametá, ACPD, Associações Quilombolas, Câmara de Vereadores e URE/SEDUC.

O Fórum Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação convocaram a sociedade cametaense, principalmente as comunidades escolares: professores, alunos, trabalhadores da educação, pais e mães de alunos, gestores e técnicos em educação, da cidade e do interior, para participarem das plenárias de elaboração do Plano Municipal de Educação e o tema geral da conferência municipal foi “O PNE na articulação com o Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”.

[...] Como desdobramento do Plano estamos implantando o Conselho Municipal de Educação, e estamos trabalhando para até o final do ano

implantar o Sistema Municipal de Educação e o desafio é fazer com que as pessoas compreendam tudo isso, a gente tem tentado envolver todo mundo no processo de gestão, uma das ações é o processo criação dos conselhos escolares, o conselho municipal também, mas os conselhos escolares mais ainda que têm o papel importante de atuação nas escolas, mas que ainda é muito frágil, muitos têm dificuldade de entender seu papel, acabam só gerindo o PDDE, gerindo algum recurso, como o PDDE água e não tem a compreensão desse processo maior. A gente tem feito um esforço muito grande no sentido de que eles tenham autonomia, sem que haja a nossa intervenção, nós temos tido problemas, quando chega na prestação contas, acaba caindo na Secretaria porque eles têm dificuldades, a orientação da secretaria é que mesmo assim a gente não se intrometa, deixe que eles façam e se os problemas persistirem, a gente ajuda, se for chamado a gente tá lá à disposição pra ajudar.

[...] O processo de autonomia a nosso ver é uma construção diária e a primeira coisa é a gente garantir a não intervenção. [...] Outro desafio, os diretores das escolas ainda são indicados, isso ainda é um problema, mas a gente definiu no Plano Municipal de Educação, que vai ter eleição para os diretores de escolas, já estamos trabalhando nessa direção, não que a gente ache que só a eleição do diretor vai resolver o problema, mas é um elemento importante nesse momento de conquista de cidadania, essa possibilidade dos sujeitos elegerem o diretor de sua escola, da própria comunidade escolar eleger seu diretor”. (DIRIGENTE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CAMETÁ).

No cenário que envolve a gestão pública da educação as ações implementadas no município de Cametá, e minuciosamente descritas nos depoimentos do Dirigente da Educação do município, são demandas que se apresentam como desafios em todas as redes públicas de ensino, e que devem ser enfrentados quando se intenciona inverter prioridades, envolver a população com autonomia nas decisões referentes às políticas educacionais, e assegurar a universalização do direito à educação pública de qualidade aos sujeitos.

De fato, múltiplos são os caminhos que os gestores educacionais podem seguir para responder aos desafios impostos pela realidade educacional existente nas redes de ensino, caminhos esses definidos de acordo com as orientações políticas e pedagógicas assumidas como referência de gestão da educação, por isso a importância de visibilizar com detalhes, em primeira instância, as ações empreendidas no município para enfrentar a precarização que permeia a infra-estrutura da rede, as deficiências na formação e valorização dos educadores, as apostas na criação e fortalecimento de canais de comunicação e participação coletiva como

o Fórum, o Conselho e o Sistema Municipais de Educação e os conselhos escolares. E, na sequência, passamos refletir sobre essas mesmas ações com base no legado freireano e nas contribuições de estudiosos, que aprofundam a discussão teórica no campo da gestão educacional inspirados por esse legado.

Lima (2014, p.1073), entre os autores que se inspiram no legado freireano para investigar a gestão educacional, ao analisar a gestão democrática que se efetiva nas escolas assinala na atualidade a presença de sentidos divergentes de gestão democrática, resultantes de diversas possibilidades de articulação teórica e prática, marcados pela miscigenação de elementos teóricos e conceituais distintos, e por concretizações históricas e político-educativas mais próximas ou distantes dos ideais democrático-participativos, que podem remeter para situações de hibridismo e mesmo para cenários de possível ruptura com os valores da democracia.

Suas reflexões, em nosso entendimento, numa perspectiva mais abrangente e relacionadas às experiências de gestão dos sistemas de educação, podem nos ajudar a compreender e analisar a concepção e prática de gestão educacional que vem sendo efetivada no município de Cametá, a partir de 2013, pela atual gestão municipal.

O primeiro sentido, ou concepção, é entendida por Lima como *Autogoverno democrático*, e nele a gestão democrática assume uma feição política, em busca da sua autonomia, em regime de co-decisão e de interdependência com outras autoridades públicas, legitimando a descentralização do sistema educacional e a transferência de poderes, do centro para as periferias, através da participação democrática dos atores envolvidos com a rede de ensino, em que se incluem as escolas, numa perspectiva sócio-comunitária. Nesse modelo, os órgãos colegiados, democraticamente eleitos e escrutinados, exercem uma autonomia assente na participação ativa, no debate e no diálogo, em práticas de democracia direta, sempre que possível e adequado, e em práticas de democracia representativa, assim reforçando o autogoverno e a autogestão pedagógica, inscrevendo-se numa política e num sistema escolar municipal, mas favorecendo a diversidade de práticas e os processos de deslocação do poder para as escolas. (LIMA, 2014, p.1.073)

O segundo sentido ou concepção é entendida por Lima (Ibid., p. 1.074) como *Estruturas e procedimentos democráticos*, e nele a gestão democrática é associada, e em boa parte limitada, à existência de estruturas organizacionais democráticas e de procedimentos e regras democráticos. Tais elementos são de grande relevância no sentido de viabilizar as

práticas democráticas e participativas, mas em nenhum caso podem substituir, ou minorar, a importância daquilo que é crucial e substantivo: a democratização dos poderes educativos através do exercício da tomada de decisões no interior do sistema educacional. Quando essa inversão de importância ocorre, é comum a crítica ao formalismo da democracia, à sua tendência para se fixar em métodos, regras e rituais, frequentemente usados pelos atores iniciados e pelas elites para dificultar a participação dos outros. O exagero do apego aos procedimentos, em prejuízo dos valores e dos objetivos democráticos, é conhecido por procedimentalismo, ou seja, a democracia estaria confinada a um “método político” e a um “arranjo institucional” que fossem capazes de viabilizar decisões políticas, partindo da lei da mediocridade das massas e de uma concepção reducionista de democracia enquanto forma de competição entre líderes.

O terceiro modelo ou concepção é entendida por Lima (2014, p. 1.075) como *Gestão irracional e déficit de liderança*, e nele sob influência da Nova Gestão Pública e das suas orientações gerencialistas, as últimas décadas têm revelado crescentes críticas dirigidas à gestão democrática do sistema educacional e das escolas, sobretudo quanto aos seus elementos eleitorais e seus órgãos colegiados, agora associados a uma irracionalidade em termos de gestão e a uma desresponsabilização e a um déficit de liderança (unipessoal). Os conceitos de eficácia e de eficiência, de competitividade e atratividade, de inovação e diferenciação que são predominantemente assumidos por tal concepção evidenciam uma origem econômica e gerencialista, de tipo racionalista, gerencialista e técnico-instrumental, e mesmo admitindo que as escolas não sejam exatamente empresas, isso não significa que possam desprezar as melhores práticas da gestão empresarial, uma vez que essa é representada como racionalmente superior, inovadora e empreendedora.

Ao buscar relacionar em nossas análises o conjunto de ações de gestão efetivadas no município de Cametá, explicitadas nos depoimentos do Dirigente Municipal de Educação, com as especificidades que configuram os sentidos e concepções de gestão educacional apresentados por Lima, sinalizamos a aproximação com o primeiro sentido, denominado pelo autor de *Autogoverno democrático*, quando identificamos a convergência entre as ações para a inversão de prioridades ao implementar uma gestão de caráter democrático e popular com vistas ao fortalecimento da autonomia e da participação ampliada dos sujeitos nas decisões políticas locais. E mais, identificamos ainda, a aproximação entre a gestão municipal e as

contribuições de Paulo Freire, comumente destacadas nos estudos de Licínio Lima, para as teorias críticas das organizações e da administração educacional.

Segundo Lima (2015, p. 3), Paulo Freire deixa bastante clara, a partir das suas primeiras obras, a sua ruptura com concepções de participação típicas da Escola das Relações Humanas e das teorias tradicionais da Gestão de Recursos Humanos, bem como das correspondentes perspectivas participacionistas; e a participação que propõe não se subordina funcionalmente à gerência dos outros, não é uma participação fictícia e heterônoma, mas uma participação no poder de decisão, enquanto exercício livre e responsável de sujeitos autônomos, uma participação enquanto ingerência capaz de nos conduzir a uma organização educativa e pedagógica autodeterminada, autônoma, democrática.

Na opinião desse mesmo autor, as críticas formuladas por Freire ao historicismo (e mais tarde ao fim da história e à morte das ideologias), ao poder de dominação das elites, à racionalidade técnico-burocrática e instrumental e à administração centralista e autoritária, às visões reificadas de organização e às suas concepções mecanicistas e produtivistas, o aproxima consideravelmente (e em muitos casos por antecipação) das teorias críticas das organizações e da administração educacional. Ele promove a crítica às ideologias organizacionais, conferindo relevo à ação e às lutas políticas, aos atores coletivos e à ação comunicativa, às práticas reflexivas e emancipatórias; adota uma perspectiva dialética de organização educativa e cultural e propõe princípios para uma administração educacional e escolar de tipo dialógico (Ibid., p. 3).

A aproximação entre as concepções e práticas de gestão da rede de ensino no município de Cameté e as contribuições de Paulo Freire também foi evidenciada na entrevista que realizamos ao dirigente municipal, conforme ele mesmo explicita:

Sou pedagogo com uma história de militância na educação, no movimento social e as teorias que a gente usou ao longo de nossa formação, em grande parte é voltada para a perspectiva freireana e eu acho que uma das preocupações nossas é a inversão de prioridade, ao invés de fazer escolas na cidade, nós estamos fazendo escola nas ilhas, fazendo escolas nas estradas, nós estamos preocupados com o geral, mas estamos preocupados também com as crianças das turmas multisseriadas, pra preparar os professores pra entender que a multissérie não é o fim do mundo, que falta formação, que falta preparo, então essa possibilidade que a gente tem de mudar essa sintonia que era focada na cidade e que agora sabe que é necessário a formação das crianças do interior que tenham uma boa escola, um bom transporte, uma alimentação decente, ter um currículo que

valorize seu local, seu espaço, ter professor que se preocupe com o cotidiano dele, então eu acho que isso é um foco muito importante, tem muita dificuldade, inclusive muita resistência que se refletiu no concurso público realizado, pois as pessoas tinham que ir pro interior, mas muitos não querem ir, por acharem que a ilha não é lugar de camarada que fez curso superior, é lugar de escolinha, é lugar de gente que não tem formação e isso tem sido uma briga constante que a gente tem feito, pois ainda hoje tem 100 escolas que tem professor contratado, porque tem camarada que fez o concurso e não aceita ir, ele acha, porque fez curso superior, especialização, que o certo é ficar na cidade. Nós entendemos o inverso, o lugar dele mais importante é no interior. Acho que essa compreensão nos faz crer que Paulo Freire é fundamental. Essa ideia dos oprimidos, a preocupação com os menos favorecidos, de que eles se compreendam como gente, como cidadão é muito importante para o nosso projeto”. (DIRIGENTE MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CAMETÁ).

A manifestação do dirigente municipal e as reflexões e depoimentos apresentados ao longo do artigo, nos dão uma mostra bastante significativa de como os princípios e referências do legado freireano continuam a inspirar concepções e práticas de gestão educacional, de formação e valorização de professores e de reorientação curricular, nas gestões públicas municipais e estaduais em nosso país, e especialmente nesse caso, no município de Cametá.

As condições precárias de infraestrutura existentes no município, assim como em grande parte das cidades brasileiras com características semelhantes, descritas na parte inicial do artigo, os desafios quanto à formação e valorização dos educadores e as demandas e reivindicações dos sujeitos quanto à autonomia e participação ativa nas decisões e mesmo na ingerência da gestão do sistema educacional e das escolas são evidências, portanto, do quanto as contribuições de Paulo Freire são atuais e podem contribuir com a transformação da realidade educacional enfrentada pela grande maioria das gestões públicas e dos sistemas educacionais existentes.

Segundo Lima (2015, p. 5), ainda tem sido predominante nas redes de ensino a despolitização das práticas de administração da educação e da organização escolar, de subordinação às ideologias gerencialistas de tradição empresarial, que privilegiam a eficiência e a eficácia nos resultados das ações educativas, e pela defesa de uma autonomia de tipo processual e instrumental, que institui modelos de avaliação inspirados pela Gestão da Qualidade Total, umas vezes (re)centralizando poderes de decisão e, outras vezes, descentralizando outros poderes e responsabilidades compatíveis com estratégias de desregulação e privatização do sector público de educação.

De fato, Paulo Freire quando assumiu a gestão municipal da educação na cidade de São Paulo em 1989, em seu livro *A Educação na Cidade* (FREIRE, 1991, p. 25), chamou atenção para o estado em que encontrou a rede escolar da cidade de São Paulo em 1989. O descaso pelas condições materiais das escolas nesse momento alcançava níveis impensáveis, e em suas primeiras visitas à rede quase devastada ele próprio se perguntava horrorizado: Como cobrar das crianças um mínimo de respeito às carteiras escolares, à mesa, às paredes se o Poder Público revela absoluta desconsideração à coisa pública? Em suas reflexões sobre essa situação, ele ressaltava: é incrível que não imaginemos a significação do "discurso" formador que faz uma escola respeitada em seu espaço. A eloquência do discurso "pronunciado" na e pela limpeza do chão, na boniteza das salas, na higiene dos sanitários, nas flores que adornam. No entendimento de Freire, há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço.

Em seu livro *Política e Educação* (FREIRE, 2001, p. 37), também se reportando a sua experiência na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo, Freire expressa seu compromisso em fazer uma administração que levasse a sério a participação popular nos destinos da escola, e para isso se concretizar, havia a necessidade de fazer uma reforma administrativa para que a Secretaria de Educação trabalhasse de forma diferente, entendendo ser impossível fazer uma administração democrática, em favor da autonomia da escola, pública e popular, com estruturas administrativas que só viabilizavam o poder autoritário e hierarquizado.

Da mesma forma, Freire nos adverte sobre a impossibilidade de sintonizar a rede escolar com os desafios da afirmação da democracia brasileira estimulando a tradição autoritária de nossa sociedade, pelo contrário, ele indica ser preciso democratizar o poder, reconhecer o direito de voz aos alunos, às professoras, diminuir o poder pessoal das diretoras, criar instâncias novas de poder com os Conselhos de Escola, deliberativos e não apenas consultivos e através dos quais, pais e mães ganham ingerência nos destinos da escola de seus filhos, e a própria comunidade local, assumindo a escola como sua, se faz igualmente presente na condução da política educacional da escola. (Ibid., p. 38)

Numa perspectiva mais ampliada, em termos de gestão educacional da Rede de Ensino, Freire sinaliza a necessidade de democratizar a Secretaria, de descentralizar decisões, e de inaugurar um governo colegiado que limite o poder do Secretário; como também, de reorientar a política de formação dos docentes, para promover a unidade dialética entre prática e teoria. Isso por acreditar que um maior nível de participação democrática dos alunos, dos

professores, das professoras, das mães, dos pais, da comunidade local, de uma escola que, sendo pública, pretenda ir tornando-se popular, demanda estruturas leves, disponíveis à mudança, descentralizadas, que viabilizem, com rapidez e eficiência, a ação governamental. Em síntese, a democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da res-pública (Ibid., p. 38).

Essas e outras lições deixadas por Freire, a gestão da educação no município de Cametá têm tomado para si, e incorporado nas práticas administrativas que se efetivam na rede municipal de ensino, conforme explicitam os depoimentos e os documentos explicitados ao longo desse artigo, e em nosso entendimento, isso se concretiza como possibilidade de reinventar a teoria e a prática freireana no cotidiano das ações educativas e das práticas de gestão, ilustrada nesse momento com a experiência do município de Cametá.

REFERÊNCIAS

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2014, Brasília/DF. **Documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/doc_referencia.pdf>

CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (CME), V, 2014, Cametá/PA. **PME – Plano municipal de educação**. Cametá, CME, 2014. Disponível em: <http://portal.semedcameta.pa.gov.br/downloads/PROJETO_PME.pdf>

FREIRE, Paulo. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. **Política e educação - ensaios**. 5ª edição - São Paulo: Cortez, 2001.

GONÇALVES, C. V. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

HAGE, S. A. M. Por uma educação do campo na Amazônia: currículo e diversidade cultural em debate. In: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa (Org.). **A educação, o currículo e a formação de professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

HAGE, Salomão Mufarrej; PAIVA, João Daltro; SILVA, Hellen do Socorro de Araújo; BRITO, Márcia Mariana Bittencourt. **Cartografia sócio-territorial da educação no Baixo Tocantins e suas implicações para as políticas educacionais do estado do Pará**. Relatório da Pesquisa produzido pela APACC em parceria com o GEPERUAZ-ICED-UFPA, com o apoio da Fundação Carlos Chagas. Belém-PA, APACC, 2014. (digitalizado).

IBGE. **Sinopse do censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/>>. Acesso em: 31 dez. 2015.

LIMA, Licínio C. **A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária?** Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 129, p. 1067-1083, out./dez., 2014.

_____. **Paulo Freire e a governação democrática da escola: organização, participação e autonomia**. Disponível em <<http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/files/seminarios/arq05.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **Currículo e seus significados para os sujeitos de uma escola ribeirinha multisseriada do município de Cametá - Pará**. 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.



RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16-Cametá-PA**. 2012. 335f. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Pará/ICED/ PPGED, Belém, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades médias e reordenamento territorial na Amazônia: da centralidade econômica à centralidade política sub-regional (Relatório de pesquisa)**. Belém, 2013.

**Artigo recebido em 15/01/2016.
Aceito para publicação em 25/02/2016.**